

# Representação política em debate: Estudo de congruência entre opinião pública e políticas públicas de saúde e segurança no Brasil (1989-2015)

Maria Teresa De Bastiani (UFSC) | [lattes.cnpq.br/5712147331233547](http://lattes.cnpq.br/5712147331233547)

Peterson Roberto da Silva (UFSC) | [lattes.cnpq.br/6354928939878531](http://lattes.cnpq.br/6354928939878531)

Orientador: Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão

**Resumo:** A proposta da pesquisa é analisar em que medida há, ou não, congruência entre a opinião dos eleitores sobre temas relacionados às áreas de saúde e segurança e as políticas públicas destas áreas aprovadas pelo Legislativo brasileiro no período de 1989 a 2015 (ou em vigor nesse período). Teorias sobre representação e responsividade são discutidas, em especial as teorias de Pitkin, Manin e Urbinati. As principais hipóteses sobre o conceito de congruência são apresentadas, e estudos estatísticos clássicos e contemporâneos sobre o tema são usados como base metodológica. Apresenta-se o histórico das pesquisas de opinião pública, a legislação em vigor e as alterações sofridas no período em questão referente a cada temática para examinar e discutir as congruências ou incongruências encontradas.

**Palavras-chave:** congruência, representação, legislação

Uma expectativa central da teoria democrática sobre os governos representativos é que as políticas aprovadas pelo Legislativo estejam em acordo com a opinião majoritária dos cidadãos. Pretende-se verificar em que medida há congruência entre a opinião dos eleitores nas áreas de segurança e saúde e as políticas públicas destas áreas em vigor no Brasil.

## Metodologia

Coletou-se dados de *surveys* em bancos de dados de opinião pública, como o Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP – Unicamp), o World Values Survey (WVS), o LAPOP (Barômetro das Américas), o Latinobarômetro e as pesquisas da Confederação Nacional do Transporte (CNT) aplicadas pelo instituto SENSUS, além dos *sites* dos institutos Datafolha e Ibope, totalizando 1290 pesquisas. A partir disto, foram analisadas as questões sobre saúde e segurança que se encaixaram na metodologia. Teorias sobre representação e responsividade são consideradas, e hipóteses sobre o conceito de congruência e estudos estatísticos sobre o tema, como em Page e Shapiro, e Monroe, são usados como base metodológica. Mapeou-se a legislação sobre os temas. Foram confrontadas mudanças na opinião pública ao longo do período com eventuais mudanças na legislação. Quando houve apenas uma pesquisa ou quando em múltiplas pesquisas não se verificou mudança na opinião majoritária, a comparação foi entre a opinião majoritária e a legislação.

## Análise dos Dados

TEMA	CONGRUÊNCIA		TEMA	CONGRUÊNCIA	
<b>ABORTO</b>			<b>Imposto para saúde (CPMF – CSS)</b>		
Quando a vida da mulher corre risco	S		Criação		N
Quando o feto apresenta problema grave		N	Extinção	S	
Quando a mulher não é casada ou Mulher solteira que não quer casar com o homem que a engravidou	S		Recriação	S	
Quando o casal ou a mulher não quer mais filhos	S		<b>Lei anti-fumo</b>	S	
Quando a mulher quiser por qualquer razão	S		<b>Propaganda de cigarro</b>	S	
Liberação ou legalização do aborto	S		<b>Propaganda de bebidas</b>	S	
Manter ou ampliar a lei atual	S		<b>Redução da maioria penal</b>		N
Gestante com AIDS		N	<b>Pena de morte</b>	S	
Gravidez resultante de estupro	S		<b>Prisão perpétua</b>		N
Gravidez antes dos 18 anos	S		<b>Privatização dos presídios</b>		N
Família em situação socioeconômica vulnerável	S		<b>Penas alternativas</b>	S	
Caso o anticoncepcional falhe	S		<b>Uso das forças armadas como instrumento de segurança pública</b>	-	-
<b>Eutanásia (suicídio assistido)</b>	S		<b>Unificação das policias</b>		N
<b>Planejamento familiar</b>	S		<b>Monitoramento eletrônico de presidiários</b>	S	
<b>Transgênicos</b>			<b>Legalização das drogas</b>	-	-
Rotulação	S		<b>Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)</b>		N
Plantio		N	<b>Greve das policias</b>		N
<b>Programa mais Médicos</b>	S		<b>TOTAL</b>	22	11

Os dados mostram que há mais congruência entre as políticas de saúde do que as de políticas de segurança.

Nos casos do uso das forças armadas como instrumento de segurança pública e da legalização das drogas, não foi possível verificar a congruência devido ao formato das questões e a relação deste com a legislação em vigor.